



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 1º de abril de 2022

Bolsas Na quinta-feira 0,22% São Paulo 1,56% Nova York	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias 118.737 / 119.999 28/03 29/3 30/3 31/3	Salário mínimo R\$ 1.212	Dólar Na quinta-feira R\$ 4,761 (-0,54%) Últimas cotações (em R\$) 25/março 4,747 28/março 4,773 29/março 4,757 30/março 4,787	Euro Comercial, venda na quinta-feira R\$ 5,268	Capital de giro Na quinta-feira 6,76%	CDB Prefixado 30 dias (ao ano) 11,65%	Inflação IPCA do IBGE (em %) Outubro/2021 1,25 Novembro/2021 0,95 Dezembro/2021 0,73 Janeiro/2022 0,54 Fevereiro/2022 1,01
--	---	---	--	---	---	---	---

CONJUNTURA

Desemprego recua, mas renda cai 8,8%

Taxa de desocupação vai a 11,2% — a menor desde 2016 —, mas poder de compra do trabalhador diminui pela 11ª vez

» ROSANA HESSEL

A taxa de desemprego recuou, mas a renda do trabalhador não para de encolher em um cenário de piora das condições contratuais e de inflação persistente, que corrói o poder de compra da população. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados ontem, o rendimento dos trabalhadores brasileiros recuou 8,8% no trimestre encerrado em fevereiro, na comparação com o mesmo intervalo de 2021, passando de R\$ 2.752 para R\$ 2.511.

“A queda da renda é resultado principalmente de uma alta da inflação com mercado de trabalho desaquecido”, destacou o economista Daniel Duque, pesquisador do Instituto Brasileiro Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). Vale lembrar que a inflação oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), tem ficado acima de 10% desde setembro de 2021, e não dá sinais de arrefecimento.

O índice de desocupação no trimestre móvel foi de 11,2%, índice 0,4 ponto percentual abaixo da taxa registrada nos três meses encerrados em novembro, de 11,6%, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua divulgada pelo IBGE. Esse é o menor percentual para o período desde 2016, quando o desemprego estava em 10,3%.

O dado ficou estável em relação ao trimestre encerrado em janeiro, de 11,2%, mas abaixo das expectativas do mercado, que esperava uma taxa maior, de 11,4%. Mas, na comparação com o mesmo intervalo de 2021, quando a taxa estava em 14,6%, a queda foi de 3,4 pontos percentuais.

Apesar desse recuo, analistas chamam a atenção para o número de desempregados, que continua elevado e somou 12 milhões de pessoas no trimestre encerrado em fevereiro. Para eles, em um ano eleitoral e com perspectivas de baixo crescimento, se houver, na economia, a tendência é de que o desemprego continue

elevado ao longo de 2022.

“A taxa ainda é elevada, mas com uma desaceleração importante por conta de serviços, especialmente. Há uma retomada na saída da pandemia mais consistente agora. O negativo ainda é a renda por causa da inflação, mas isso não melhora muito com uma inflação de quase 8% no fim deste ano”, destacou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados. “De qualquer maneira, a queda do desemprego deve ser lenta a partir de agora, com os efeitos acumulados de juros e inflação impactando o emprego e renda”, acrescentou. Ele prevê que, ao longo deste ano, a taxa média da taxa de desemprego deverá ficar em 11%.

Precarização

Arnaldo Lima, diretor de Estratégias Públicas do Grupo Mongeal Aegon (MAG), lembrou que, apesar da queda do desemprego na comparação anual, a queda pela 11ª vez consecutiva no rendimento do trabalhador é preocupante, assim como a piora na qualidade dos vínculos trabalhistas, sobretudo, quando se considera a proteção previdenciária.

“O percentual de pessoas contribuintes de instituto de previdência em qualquer trabalho caiu de 66,5% no segundo trimestre de 2020 para 62,8% da população ocupada na última leitura da pesquisa. Ou seja, mais de 4 milhões de trabalhadores ocupados perderam, nesse período, proteção contra os riscos de morte e invalidez e estão diminuindo sua longevidade financeira, pois estão deixando de poupar para ter um futuro seguro”, lamentou Lima.

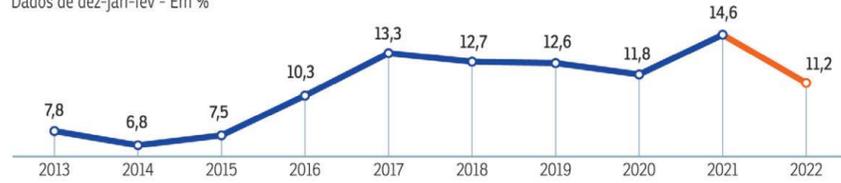
Aliás, a precarização do mercado de trabalho é evidenciada pelo crescimento de trabalhadores com conta própria. Na comparação com os trimestres encerrados em fevereiro de 2021 e 2022, houve aumento de 2,007 milhões desse tipo de empreendedor, totalizando 25,353 milhões. Apesar da queda em relação aos 25,841 milhões contabilizados entre setembro e novembro de 2021, o dado de fevereiro é

Pouco a comemorar

O desemprego recuou no trimestre encerrado em fevereiro, na comparação anual, mas a renda dos trabalhadores não para de encolher devido à informalidade elevada e à precarização do mercado de trabalho

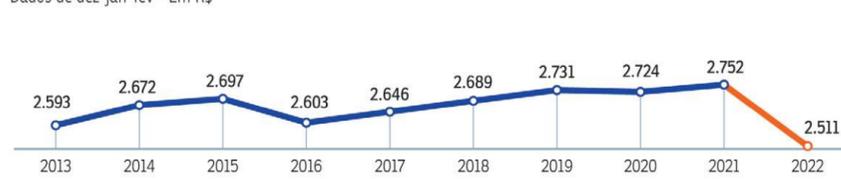
Taxa de desemprego

Dados de dez-jan-fev - Em %



Rendimento

Dados de dez-jan-fev - Em R\$



Taxa de informalidade

Dados de dez-jan-fev - Em %



Destques da pesquisa trimestral encerrada em fevereiro:

8,8% queda da renda média dos trabalhadores brasileiros

12 milhões total de desempregados no Brasil

4,7 milhões total de desalentados no país

11,2% taxa de desemprego no trimestre encerrado em janeiro

25,3 milhões total de trabalhadores por conta própria no trimestre encerrado em fevereiro, o maior para o período desde o início da série



23,5% taxa de trabalhadores subutilizados no trimestre encerrado em fevereiro

Fonte: IBGE/Pnad Contínua

o maior da série histórica para o período, segundo o IBGE.

Enquanto isso, o volume de funcionários do setor privado sem carteira assinada, excluindo o trabalhador doméstico, aumentou 15,72%. Passou de 10,612 milhões, em 2021, para 12,281 milhões, em 2022. Já o montante

de pessoas trabalhando com carteira assinada, na mesma base de comparação, avançou 9,43%, passando de 31,612 milhões para 34,596 milhões.

Diante desse cenário, Eduardo Vilarim, economista do Banco Original, lembrou que o aumento do número de pessoas

trabalhando por conta própria é um retrato de momentos de crise, porque as pessoas tentam buscar alguma renda para sobrevivência em um cenário de economia recessiva, como ocorreu em 2015 e 2016. “O crescimento do número de pessoas trabalhando por conta própria é uma

espécie de empreendedorismo forçado, para garantir uma renda, que está encolhendo”, explicou. “Esse quadro é totalmente diferente do que ocorre nos Estados Unidos, onde a força de trabalho está mais contida e os salários estão subindo”, comparou.

Apesar desses dados preocupantes, Vilarim destacou o aumento no número de empregadores e a estabilidade da taxa de desemprego como fatores positivos dos dados da Pnad neste início de ano. Conforme os números do IBGE, o total de empreendedores passou de 3,782 milhões, no trimestre encerrado em fevereiro de 2021, para 4,068 milhões no mesmo intervalo deste ano. Esse aumento, segundo o economista do Original, ajudou a evitar que a queda na renda média dos trabalhadores fosse menor. “A volta dos empregadores é a que mais demora a responder, mas são aqueles que costumam ter as maiores remunerações”, acrescentou.

De acordo com os dados do IBGE, o contingente de pessoas ocupadas foi estimado em 95,2 milhões, e o total somou 4,7 milhões de pessoas que desistiram de procurar emprego. Analistas reforçaram que, mesmo com a perspectiva de uma maior abertura do comércio e dos serviços por conta do avanço da vacinação no país, a tendência é de uma recuperação lenta do emprego.

“A recuperação do lado da oferta deve permanecer nos próximos meses, mas em um ritmo mais gradual, dado que a normalização do choque pandêmico deve estar chegando ao fim”, informou o relatório do Credit Suisse divulgado após os dados do IBGE. “Por outro lado, as condições financeiras mais apertadas, ou seja, juros futuros mais altos e aumento do prêmio de risco, inflação mais alta e maior incerteza econômica e política devem reduzir a demanda doméstica e afetar a recuperação do mercado de trabalho, principalmente, no mercado formal”, destacaram os economistas Solange Srouf, Lucas Vilela, Rafael Castilho, signatários do documento.

Servidores ampliam greve; INSS pode ter gratificação

» FERNANDA STRICKLAND
» ROSANA HESSEL

Diversas categorias do funcionalismo público aguardam para hoje uma resposta do governo federal sobre a reposição salarial de 19,99%, decorrente de perdas inflacionárias.

O governo estuda formas de atender aos servidores de forma linear. Uma proposta em avaliação é conceder um ajuste linear de 5% para os integrantes do Executivo, mas as categorias rejeitam a ideia. Além disso, seria necessário realizar uma nova revisão orçamentária, adicionando R\$ 5 bilhões lista de despesas com pessoal.

O coordenador do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), Sergio Ronaldo, afirma que a categoria desconsidera a proposta de reajuste linear. “Estamos reivindicando 19,99%. Se fosse pensar nessa possibilidade, seria apenas um quarto do que estamos solicitando”, disse.

“Precisamos de uma resposta oficial para nos debruçarmos sobre ela e ver quais vão ser os próximos passos daqui em diante”, comentou. Para ele, falta vontade política do governo para resolver o impasse desde a aprovação do Orçamento Geral da União no final de 2021.

Existe, na Esplanada, um debate sobre a data limite para a concessão de reajuste ao funcionalismo em ano eleitoral. Uma corrente entende que o limite seria 2 de abril, prazo estabelecido pela legislação eleitoral, ou junho, devido à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A primeira norma proíbe aumento salarial seis meses antes da eleição. A segunda veda a criação de despesa até seis meses antes do fim do mandato.

Novas paralisações

De acordo com o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado



Servidores reunidos na Esplanada por reajuste salarial

(Fonacate), Rudinei Marques, o governo federal tem até 180 dias do término do mandato atual, ou seja, até 4 de julho, para conceder reajustes salariais ao funcionalismo, de duas maneiras: “A primeira forma é a recomposição

inflacionária do ano em curso, limitada à inflação acumulada no momento da concessão — se isso ocorrer ao final de junho, estaríamos falando de uns 5%”, estimou.

“A segunda forma é a reestruturação de tabelas salariais.

Assim, está claro que o funcionalismo federal ainda tem três meses pela frente para pressionar por reajustes”, explicou Marques.

Em assembleia realizada ontem, os servidores da Controladoria-Geral da União (CGU) decidiram paralisar as atividades na próxima quarta-feira e iniciar uma operação padrão. A paralisação deve impactar a entrega de relatórios de auditorias. A deliberação teve o apoio de 95% dos participantes.

Os servidores da CGU integram a mesma carreira dos servidores do Tesouro Nacional — que já decidiram cruzar os braços nesta sexta-feira (1º/4) e na próxima terça.

Gratificação no INSS

O novo ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira, evitou comentar sobre a greve dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mas adiantou que pretende

publicar, em breve, uma medida provisória para conceder uma gratificação média de R\$ 50 por processo analisado a fim de reduzir a fila de aposentadorias e pensões, que não para de crescer e atualmente está com 1,6 milhão de pessoas, de acordo com dados do ex-presidente do INSS.

“Na verdade isso está no forno”, disse Oliveira ontem, após a cerimônia de posse. Segundo o ex-presidente do INSS, a ideia é conceder a gratificação para acelerar o processo. O órgão recebe, diariamente, 500 mil processos por mês, e, como o estoque não é baixo, os funcionários conseguem avaliar algo entre 510 mil e 570 mil. “Com a gratificação pode acelerar (a avaliação dos processos)”, disse ele, reforçando que o valor desse incentivo será em torno de R\$ 50 por processo analisado.

De acordo com o ministro, a gratificação é uma forma de conceder um “incremento” salarial para os servidores do órgão.